

TEMAS IMPORTANTES DE GEOGRAFIA RURAL
NA BIBLIOGRAFIA RECENTE

(PARTE VIII)

1. *A reconversão da agricultura e a problemática do eucalipto*
(MARIANO FEIO, Associação Central da Agricultura Portuguesa,
Lisboa, s/ data, 166 páginas).

Neste trabalho M. FEIO analisa com profundidade e discute com frontalidade problemas centrais e de grande actualidade da agricultura nacional, designadamente da do sul do país, essencialmente na óptica do empresário bem integrado no mercado das produções e dos factores e visando a remuneração dos capitais e a obtenção de lucros. Trata-se duma perspectiva que a Geografia Rural não pode secundarizar e muito menos desprezar, na sua busca de compreensão das mutações dos usos do solo e dos sistemas de produção.

O autor começa por salientar «a ameaça de reconversão forçada da agricultura do Alentejo», no seguimento da integração de Portugal na CEE, numa conjuntura de abundância e de preços mundiais baixos: abandono da anterior política proteccionista nacional, que garantia o escoamento da produção a preços compensadores, de modo a elevar ou pelo menos a manter o nível de auto-abastecimento da população; concorrência de produções cerealíferas excedentárias e de baixos custos unitários provenientes de países da Comunidade com climas e solos mais favoráveis aos cereais de Inverno e níveis elevados de modernização tecnológica; concorrência de produções de países terceiros, de que a CEE é (oleaginosas) ou não deficitária (açúcar), como contrapartida para as exportações industriais; subsídios para contracção das produções, por redução das áreas exploradas (pousos subsidiados), etc.

Interroga-se então acerca das alternativas aos cereais tradicionais, tendo em conta as condições naturais do Alentejo, designadamente as climáticas, e os condicionamentos comunitários (tendências dos preços dos cereais; dificuldades do vinho, azeite, oleaginosas, tomate industrial, etc.). Apoiá exemplarmente a sua análise em contas de cultura/exploração de vários sistemas de produção em grande escala, em terras da classe C de capacidade de uso e em diferentes meios: cultivo de grandes superfícies de cereais praganosos, com ou sem girassol; criações extensivas (ovinos e bovinos de carne); montado de sobreiro; matas de eucalipto e pinhal. El conclui: «em comparação com os cereais, a posição do gado é muito pobre; nos ovinos, se não contarmos o subsídio da CEE o resultado também é negativo /.../; a posição dos eucaliptos está no extremo oposto: impõem-se absolutamente e aparecem /.../ como a única possibilidade não ruinosa de reconversão /.../. Quanto aos sobreiros /.../, fazer sementeiras de sobreiros e tratá-las é uma especulação altamente negativa, absolutamente inviável a não ser que se recebam financiamentos exteriores a fundo perdido» (p. 87-89). Assim, se a reconversão forçada e drástica tende a abranger pelo menos cerca de 500 mil ha de solos

C e D dos distritos de Portalegre, Évora e Beja e outro tanto nos restantes distritos interiores de Bragança, Guarda e Castelo Branco, de solos e climas marginais para os cereais, em benefício da pecuária e da floresta, o eucalipto representa para vastas áreas a alternativa no aspecto económico, embora obviamente com reflexos no emprego agrícola, no desaproveitamento de equipamentos (polivalência limitada), no volume dos novos investimentos, etc.

Espécie exótica — como tantas outras dos campos portugueses —, de fácil adaptação ao clima da parte ocidental do país, muito eficaz na produção de lenho para a indústria celulósica, o eucalipto é todavia frequentemente condenado em termos ecológicos e socio-económicos. Na segunda parte deste seu pequeno livro MARIANO FETO discute o que chama «os supostos malefícios do eucalipto» — erosão, degradação e esterilização do solo, consumos de água, secagem de fontes e aquíferos, desertificação, pluviosidade em relação com a floresta, etc. — recorrendo a vasta bibliografia da especialidade e atendendo às condições regionais e sazonais e às técnicas de exploração.

Os exemplos apresentados de reconversão de eucaliptais visando contrariar a ideia de esterilização dos solos, e que são da responsabilidade de E. GOES, perturbam, porém, pela elementaridade da descrição, a seriedade da fundamentação anterior: quais os trabalhos necessários à reconversão dos eucaliptais (preparação do solo, recurso a adubos, etc.) e quais os seus custos? Duma maneira geral, a vertente social da mutação dos sistemas de produção e os reflexos nas economias regionais quase não foram tidos em conta, obviamente por não serem preocupação e responsabilidade do empresário das culturas de grande superfície.

2. *O desenvolvimento do Baixo Mondego. Economias regionais e intervenção do Estado* (PEDRO HESPANHA e JOSÉ REIS, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1987, 360 páginas).

Trata-se de um estudo elaborado ao abrigo de um convénio entre o Gabinete Coordenador do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Baixo Mondego e o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de carácter interdisciplinar, centrado na apreciação das implicações económicas e sociais do projecto e nos problemas de desenvolvimento regional (rural e urbano, agrícola e industrial), com particular relevo para as «condicionantes estruturais das situações e práticas de intervenção /.../ e as disponibilidades subjectivas dos agentes económicos, individuais e colectivos, efectivamente activos no terreno» (p. 7).

Além da Introdução, o livro compreende três capítulos subordinados aos seguintes temas: caracterização regional e dinâmicas económicas, no Baixo Mondego; o projecto hidroagrícola; o futuro do projecto de desenvolvimento agrícola.

Na Introdução, os autores começam por recordar a história do Plano Geral de Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Mondego, que remonta

a 1962, os problemas agrícolas dos campos a jusante de Coimbra derivados do regime hidráulico (encurtamento das épocas de cultivo, destruição de culturas, esterilização progressiva de terrenos de grande fertilidade) e a hierarquização dos diferentes objectivos, com destaque para a solução do problema das cheias e a regularização dos caudais, e, em consequência, a regularização das produções e dos rendimentos dos produtores, questão fundamental numa «estrutura social e económica em que ao trabalho nos campos era cometido o esforço principal de reprodução económica das famílias rurais da região» (p. 10).

Avançaram as obras de hidráulica desde o começo dos anos 70 (barragem da Aguieira, rectificação e aprofundamento do leito do rio e construção do açude) mas persistiram a indefinição quanto à reconversão da agricultura, o alheamento dos agricultores e muitas incertezas quanto à viabilidade económica e social do projecto: «grande falta de sensibilidade aos aspectos a jusante da execução da infraestrutura hidráulica» (p. 314). Nesta óptica, P. HESPANHA e J. REIS sublinham: «Sabe-se, contudo, como a reduzida dimensão das explorações, os seus limitados índices de produtividade e a sua fraca ligação ao mercado se conjugam nesta zona com uma idade elevada dos agricultores, um baixo grau de escolaridade e uma deficiente informação técnica. Por outro lado /.../, as famílias agrícolas /.../, em virtude da proximidade de dois centros urbanos em expansão, têm vindo a registar nas últimas décadas uma alteração profunda nos seus modos de reprodução económica /.../, no sentido de uma menor dependência em relação à actividade agrícola /.../. A questão da viabilidade económica tem de colocar-se, portanto, neste quadro» (p. 18-19). Na enorme variedade de tipos de exploração há sem dúvida uma notória vitalidade das formas de produção não empresariais, um forte dinamismo entre muitas explorações economicamente inviáveis, e um contínuo de situações, «desde as famílias agrícolas modernas /.../ até aos empresários agrícolas produzindo exclusivamente para mercado e submetidos inteiramente à lógica deste, e /.../ desde as famílias de agricultores pluriactivos /.../ até às de operários camponeses, que fazem apenas uma agricultura de complemento» (p. 23-24). Daí o interesse de alargar o conceito de viabilidade, do aspecto meramente económico ao aspecto social.

«A posse da terra e a inserção na comunidade da aldeia constituem recursos fortemente valorizados pela economia das famílias com ocupação não agrícola» (p. 24). «Em princípio a realização do projecto vai afectar, de um modo ou de outro, todos estes diferentes tipos de agricultores e vai concertada desencadear neles um conjunto muito diverso de reacções e potenciais estratégias particulares de aproveitamento das novas condições de produção, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis à concretização dos objectivos do projecto» (p. 24-25). Importa então não concentrar nos agricultores de feição empresarial os apoios técnicos e financeiros do Estado. Por último, os autores inserem o projecto do Baixo Mondego nas novas condições económicas dos anos oitenta: persistente dependência alimentar do país; adesão à CEE e evolução da própria PAC.

No capítulo I, P. HESPANHA e J. REIS centram-se na *Caracterização Regional e Dinâmicas Económicas no Baixo Mondego: repartição da população activa (total e por sexos) por sectores de actividade e sua evolução recente, no tempo e no espaço* (perda de peso da população activa agrícola, sobretudo da masculina e nos concelhos polares, designadamente pela redução dos trabalhadores por conta de outrem; crescimento progressivo dos activos no terciário; aumento moderado da população activa no secundário, mais fraco nos anos 70 do que no decénio anterior); *localização dos postos de trabalho da população residente, intensidade das migrações pendulares, interdependências concelhias e centramento do sistema de emprego* (efeitos de atracção de Coimbra e Figueira da Foz sobre os restantes concelhos — Condeixa, Montemor e Soure — por ramos de actividade; abertura de espaços de dominante rural aos vectores de socialização urbana e não agrícola); *evolução das economias industriais* (posição polar de Coimbra e também da Figueira da Foz), tendo em conta a estrutura empresarial, os ramos, o emprego e o ano de implantação; *as economias agrícolas* (elevada participação da agricultura no emprego e nas economias familiares; abandono e reorganização das estruturas agrícolas em áreas periurbanas; dimensão das explorações, peso das microexplorações, pluriactividade dos agricultores e de outros membros das famílias agrícolas e correspondentes tempos de trabalho na exploração e ocupações exteriores às mesmas; plurirrendimento; agricultura familiar e agricultura empresarial especializadas, nomeadamente nas produções de arroz, carne e leite e, mais recentemente, no tabaco; níveis de mecanização e tipos e formas de exploração; *evolução do sector dos serviços* (emprego feminino no terciário de natureza social, como ensino e serviços de saúde; terciário económico concentrado em Coimbra e Figueira da Foz); e por fim, a *diferenciação interna do espaço rural* (zonas periurbanas e peri-industriais de Coimbra e Figueira da Foz, zona central ribeirinha dos Campos do Mondego, zonas periféricas a norte e a sul da zona central e zona deprimida de sudeste, «espaço de ruralidade profunda»).

A área de impacto do projecto hidroagrícola situa-se essencialmente na zona central, com «uma população que, mantendo embora uma forte inserção agrícola e rural, depende já, em grande parte, de rendimentos provenientes de actividades não agrícolas e, por essa razão, pratica uma agricultura com características algo distintas da que está pressuposta nos modelos de exploração estudados para a área do projecto» (p. 120).

O capítulo II ocupa posição de relevo no trabalho e discute o Projecto Hidroagrícola. Os autores começam por recordar as diversas componentes básicas do PIDR (Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego), das infra-estruturas no domínio hidráulico às associadas mais directamente à produção agrícola (e mesmo à piscicultura), bem como os seus respectivos calendários de execução e o cumprimento dos mesmos. Em seguida, apreciam as opções e os principais problemas do projecto de desenvolvimento agrícola para a área a jusante de Coimbra (aumento da produtividade agrícola de 25 % em pelo menos 80 % da área beneficiada), destacando a execução da rede

de rega e drenagem (em 13 500 ha), o emparcelamento (em 10 000 ha), a divulgação de novos sistemas culturais, a formação dos agricultores, a difusão de técnicas de recuperação e conservação dos solos, a mecanização das pequenas e médias explorações, novas estruturas de comercialização, abertura, melhoramento e conservação de caminhos, criação de uma associação de beneficiários, obtenção da carta de aptidão dos solos e realização de levantamentos topográficos. «A estratégia para o aproveitamento da área beneficiada assenta fundamentalmente na implantação do sistema de rega e drenagem, na reestruturação fundiária, na reconversão cultural e na extensão rural» (p. 138).

A área do projecto foi repartida, tendo em conta as características do terreno e das águas, em três zonas com distintos sistemas de rega (por aspersão na de montante, por superfície na central e por alagamento na de jusante), a que corresponderão diferentes sistemas culturais (o arroz continuará a dominar apenas na terceira zona, apesar da pressão dos principais agricultores das outras zonas), ainda mal definidos (alternativas viáveis ao arroz? resistências dos agricultores à adopção de inovações e à introdução de novas culturas e da pecuária? conversão de orizicultores em criadores de gado?).

Na caracterização estrutural das economias agrícolas os autores retomam a tipologia das explorações definida pela DGHEA: de subsistência, familiares, a tempo parcial, patronais e de sociedades (cabendo às familiares 1/3 do número e mais de metade da área e às de subsistência e a tempo parcial 64 % do número e mais de 1/3 da área), «relativizando assim a situação muitas vezes pressuposta pelas políticas agrícolas de dedicação a tempo inteiro à agricultura e de reprodução da exploração na dependência da comercialização dos produtos» (p. 148). Note-se também que 54 % da área de campo é arrendada e integrada nas explorações que tendem para uma maior intensificação.

A análise estrutural das formas de exploração e dos sistemas culturais e animais — bovinos de carne ou de leite — correspondentes, foi desenvolvida à escala das zonas reservadas aos diferentes sistemas de rega e por zonas homogêneas. No seu seguimento surgem considerações acerca dos factores internos de reprodução das economias familiares, nomeadamente a lógica do máximo aproveitamento dos recursos próprios da família agricultora, «sejam as disponibilidades de trabalho, sejam os recursos fundiários, seja ainda o saber agrícola que resulta da cultura camponesa que as vinculações familiares proporcionam» (p. 183).

«As famílias camponesas tradicionais estão a sofrer um processo de diferenciação acentuado segundo dois vectores principais, dando assim lugar à emergência, no vector que centra na exploração a sua estratégia reprodutiva, de tipos que vão desde a família agrícola moderna ao empresário agrícola, e, no vector que aposta nos rendimentos do trabalho não agrícola, desde o tipo de famílias de agricultores pluriactivos até ao de famílias de operários-camponeses» (p. 188).

Como se correlacionam estruturas fundiárias e transformações económicas? Neste ponto destacaram-se: a persistência tardia de extensos conjuntos fundiários cobrindo áreas outrora improdutivas; a extrema

divisão da propriedade pertença de grandes proprietários (foros, parcerias e rendas em géneros); uma propriedade camponesa excessivamente pequena e a venda agrícola da força de trabalho familiar; o peso tradicional da parceria e do arrendamento, bem como o absentismo urbano; a desvalorização da terra propriedade dos cidadãos e das respectivas rendas desde os anos 60 e a persistência da procura de terra pelas famílias agrícolas, mesmo pelas pluriactivas (sobrevalorização do fundiário, embora desigualmente no espaço).

Quais os impactos sociais do projecto? Estes tinham sido estudados pela DGHEA, através dum inquérito de opinião dirigido a uma pequena amostra dos agricultores por ele abrangidos. O inquérito incidiu sobre instrução, satisfação pessoal, tempos livres, afectividade e interacção, grupos informais, participação, estabilidade e base económica, através do aumento esperado do rendimento das famílias mas atendendo também à alteração das necessidades em trabalho das explorações. As conclusões do mesmo foram sumariadas, recordadas e comentadas, salientando-se «a necessidade de uma intervenção planeada em termos mais vastos, de nível regional /.../, precedida de estudos apropriados a realizar fora do âmbito do projecto» (p. 211), para que o impacto social esperado não seja decepcionante.

Como se processará a reconversão cultural? P. HESPAÑA e J. REIS recordam a ocupação cultural no início dos anos 80 e as propostas de explorações-tipo da DGHEA para diferentes zonas de rega, promovendo para 7000 ha a utilização da terra ao longo de todo o ano, com substituição parcial da monocultura do arroz por cultivos que garantam a intensificação/diversificação da produção (trigo, milho grão e para silagem, forragens, pecuária de leite, novilhos de engorda), aumentando a produtividade, intensificando o uso de *inputs* e o recurso ao crédito, de curto prazo e de médio prazo (construções, nomeadamente estábulos, mecanização, etc.), com correspondente endividamento e serviço da dívida (juros e amortizações em percentagem do rendimento bruto).

No que respeita à cultura do arroz, que registou recentemente importante expansão, afirma-se que apresenta rentabilidade apreciável, mesmo sem subsídio estatal, é compatível com a capacidade de trabalho dos pequenos agricultores pluriactivos (prestação de serviços de tracção e rega por outros agricultores), tem vindo a modernizar-se tecnicamente (inclusive com recurso a avião, sementeira directa e utilização de herbicidas) e interessa a uma camada activa de agricultores bem equipados mecanicamente, com lavras extensas e vendendo serviços aos vizinhos.

Como instrumentos da reconversão agrícola retiveram-se o emparcelamento da propriedade, a investigação e a extensão rural. No que concerne ao *emparcelamento*, importa lembrar que «o problema dos agricultores que desejam mecanizar não é /.../ tanto o do fraccionamento e da dispersão das parcelas como o da reduzida dimensão da exploração no seu conjunto /.../. Com o decurso do tempo alguns destes agricultores vão conseguir aumentar as suas áreas tomando de arrendamento prédios próximos dos seus ou concentrando-se em zonas mais

distantes da aldeia, onde é mais fácil obter terra, realizando assim e de forma espontânea o emparcelamento de terras» (p. 279) de arroz. A grande massa dos pequenos agricultores e proprietários permanece indiferente ou resiste ao emparcelamento promovido pelos serviços oficiais, substimando as deficiências da estrutura fundiária ou contornando habilmente os principais inconvenientes da fragmentação e até mesmo da dispersão: recurso aos serviços dos alugadores de máquinas que trabalham terras próprias e prédios vizinhos, nomeadamente nos campos de arroz. Foram apreciados os projectos de emparcelamento dos perímetros de S. Martinho do Bispo e do Campo de S. João.

A *investigação e a experimentação*, desenvolvidas pelo INIAER, incluem fitotecnia, estudos pedológicos, aproveitamento dos solos com riscos de halomorfismo, produção de semente de novas variedades de arroz, protecção fitossanitária e fertilização racional das culturas. «Dada a predominância de pequenos e médios produtores e o peso, nestas economias, de particulares restrições, para além da dimensão física das explorações, relativamente à disponibilidade de trabalho, ao domínio das técnicas e à capacidade de endividamento, os estudos a realizar deveriam adequar-se mais a esta realidade e não dirigir-se quase exclusivamente a uma minoria de agricultores de ponta com condições para adoptar as propostas que a investigação programada visa fundamentar /.../. Não se nega o sentido de procurar as soluções que maximizem produção e produtividade, mas isso dentro do quadro estrutural das economias agrícolas a transformar e quando esse quadro /.../ aponta para diferentes lógicas produtivas essas soluções devem ser-lhes apropriadas» (p. 303-304). E ainda, «soluções que representam, do ponto de vista do produtor, um acréscimo substancial de trabalho, uma alteração profunda na distribuição de tarefas dentro da família ou a perda de uma ocupação segura no exterior, podem ser difíceis de aceitar, ainda que conduzam a um notório aumento do rendimento da exploração, entre outras razões porque esta constitui apenas uma componente da economia familiar» (p. 304).

No campo da *extensão rural* releva-se a sua insuficiência e selectividade (agricultores reunindo condições para merecerem apoio técnico e formação): «se a extensão rural pode desempenhar um papel importantíssimo na adesão dos agricultores às mudanças potenciadas pelo projecto, não é menos certo que a extensão exige um conjunto de condições que, a não existirem, comprometem irremediavelmente o seu êxito» (p. 308).

O terceiro e último capítulo aborda «O futuro do projecto de desenvolvimento agrícola». Após a síntese das questões tratadas, de grande utilidade, sobretudo para leitores mais apressados, os autores apreciam três cenários, correspondentes a diferentes níveis de intervenção futura do Estado: intervenção minimalista, intervenção preordenada a promover a rendibilidade empresarial e intervenção visando a realização de um desenvolvimento global e integrado das economias agrícolas da região. No primeiro caso, teríamos «a produção de consequências negativas para muitos agricultores afectados pela conclusão incompleta do projecto e

pelo carácter irreversível das obras» (p. 335). No segundo, o efeito mais provável «será o de uma muito desigual repartição dos benefícios do projecto. Orientados os apoios para o sector da agricultura empresarial, todas as outras formas de produção agrícola /.../ seriam inevitavelmente objecto de uma selecção negativa e progressivamente marginalizadas /.../. Os grupos para quem a reconversão é realmente possível em virtude de disporem de um conjunto de condições favoráveis — que vão desde a dimensão da exploração e grau de equipamento, até ao nível de acumulação ou capacidade de endividamento, passando pela formação técnica e pela facilidade de acesso à informação — gozam naturalmente, de vantagens apreciáveis» (p. 336-337). No terceiro cenário, como princípios básicos da estratégia salientam-se: iguais oportunidades de acesso de todos os grupos da população aos benefícios do projecto, processo de desenvolvimento mais orgânico e participado, articulação dos benefícios de âmbito regional com as finalidades de âmbito nacional, valorização das «soluções que permitam obter melhorias consistentes e duradouras em detrimento da produção de resultados a curto prazo mais aparatosos mas de reprodução limitada ou menos segura» (p. 342). Do ponto de vista técnico destaca-se a necessidade de definir as formas de efectiva participação por parte dos beneficiários; tomar em consideração um vasto leque de agentes da mudança e não apenas um leque reduzido de agricultores com marcada feição empresarial («uma opção deste tipo não pode iludir a presença no *terreno* de um conjunto grande e diverso de outros agricultores e, sobretudo, não pode impedir o facto de eles representarem estratégias patrimoniais relativamente ao factor escasso e insubstituível da produção agrícola que é a terra»: p. 346), não perdendo assim de vista «a enorme vitalidade das formas de produção não empresariais» (p. 347); e por último, assegurar condições generalizadas de investimento e de modernização aos diferentes tipos de produtores, pois «o conhecimento das estratégias de alocação dos recursos desenvolvidas pelas famílias rurais da região mostra que o *imobilismo* evidenciado pelos agricultores e a *estagnação* da sua agricultura não se podem considerar nunca como definitivos, e que essa imagem reflecte antes a ausência de condições para um investimento que seja lucrativo na óptica dos próprios produtores» (p. 349). Mas também, «não se pode esperar que o modelo de intensificação baseado na maior disponibilidade de meios técnicos e humanos possa servir igualmente a uma exploração a tempo parcial e a uma exploração de tempo inteiro, assim como a viabilidade de realizar melhoramentos fundiários não será a mesma no caso das explorações em conta-própria ou no das explorações de arrendamento. É preciso estudar as soluções que, partindo do conhecimento das diferentes condições em que a actividade agrícola é exercida, permitam atingir os melhores resultados económica e socialmente possíveis, isto é, aquelas que possam ser compreendidas, aceites e prosseguidas pelos produtores» (p. 350).

3. *Rural household strategies of income generation. A study of north-eastern Portugal, 1900-1987* (JOSÉ PORTELA, Ph. D. Thesis, University of Wales, 1988, 620 páginas).

O estudo centra-se, como o título indica, na análise das estratégias de obtenção de rendimentos das famílias rurais duma aldeia trasmontana, onde o rural se não identifica com a agricultura, ao contrário do habitualmente admitido para as regiões remotas, economicamente marginais, sem indústrias, mesmo pelos planeadores do desenvolvimento rural, para quem as áreas rurais «have a simple, single, economy» (p. 17).

No cap. I, de Introdução, J. PORTELA lembra as suas condições pessoais perante a escolha do tema da tese, a prioridade reservada à investigação empírica, o valor atribuído à observação participante, a atenção dispensada às interacções entre o sistema social e o ecossistema/agrossistema, a perspectiva interdisciplinar seguida, a importância atribuída ao conhecimento detalhado da economia e da sociedade afectadas por opções de planeamento visando o desenvolvimento rural/local, a consideração de contextos mais largos (forças externas e mecanismos exógenos), as escalas espacial (da regional para a local, descendo às famílias) e temporal de análise (1900-1987, período suficiente para a identificação das mudanças e da continuidade da vida social e económica), os esforços de comparação/generalização (estudos publicados de outras aldeias da região), e as pretensões de aplicabilidade («policies are supposed to adjust to the intended recipients — regions, sectors, groups, categories, etc. — but this obviously requires that recipients are not unknown, namely at a close distance»: p. 10), etc.

Como hipótese de trabalho, o autor admitiu que «farming would be the most important, but only one of several forms of generating income and occupations /.../. Other sources would play complementary and alternative roles, regardless of the effective importance of local agriculture /.../; the type and relevance of the farm and off-farm occupations held by household members would vary according to the position of the household in the structure of the village /.../. In brief, socio-economic and occupational differentiation would be concomitant to a certain extent» (p. 26-27). A verificação da hipótese levou ao estudo empírico dum caso, procurando respostas a um conjunto de questões e a precisão de certos conceitos, como ocupação (nas suas dimensões técnica, económica e social/prestígio, trabalho ocasional remunerado em dinheiro ou em produtos ou não remunerado), fontes de rendimento e estratégias para a sua obtenção, agregado familiar (dimensão demográfica, social e económica) ou sociedade camponesa.

Quanto à metodologia seguida, destaca-se a perspectiva antropológica e o relevo dado ao trabalho de campo, com os cuidados inerentes ao mesmo (de Julho de 1981 a meados de 1988) («after an initial and more lengthy immersion into Fontim life, frequent, brief field visits were made over a long period of time» — p. 42 —, ao mesmo tempo que diminuiu o envolvimento nos grupos de trabalho), sem contudo descurar a utilização de fontes documentais diversas, de fotografias aéreas, etc.

A perspectiva antropológica e a observação participante possibilitam o conhecimento de estratégias de pluriactividade, visando o plurirrendimento, de trocas não monetárias, de economias marginais dificilmente identificáveis com entrevistas e inquéritos por amostragem, e menos ainda a sua evolução ao longo do ano e nos decénios passados, bem como muitos aspectos qualitativos.

O cap. II sintetiza os grandes traços da história e da geografia do Nordeste Trasmontano ao longo deste século: «Individual, family and village life are embeded in a wider milieue and they are not insulated against major political changes. This is so regardless of the remoteness of the village» (p. 77). Na caracterização geográfica do NE são retidos os aspectos naturais, económicos, sociais e culturais (isolamento; domínio da civilização tradicional) e corrigida a percepção frequente de uma região autárquica e independente e de uma sociedade igualitária, quando «the social structure in the region has long been relatively differentiated» (p. 86), dos cabaneiros aos proprietários e lavradores abastados, e «people have been dependent on and subjected to external agents, policies and institutions as well, ever since the first colonisation» (p. 95), do mesmo modo que «ultimately, regional autarchy has been a myth» (p. 101). Ao recordar a pobreza da agricultura regional, o autor salientou as determinantes institucionais e profissionais: «agricultural development could hardly have occurred since farmers had to face a resource-poor organization, overbearing leaders, compulsory membership, excessive input prices, and low output prices, limited storage facilities, shortage of and unequal access to inputs, and lack of extension services» (p. 115). Em seguida J. PORTELA comenta outras ideias comuns acerca da região — pobre, atrasada, subdesenvolvida, periférica, desfavorecida —, que se traduziram na emigração, não obstante as mudanças verificadas nos últimos decénios nos rendimentos, nas condições de vida e trabalho, no acesso a serviços escolares e de saúde, nas pensões de velhice, etc.: «Whatever the concepts used, two underlying ideas are common: the people have suffered from shortage of basic social infrastructures and services as well as from lack of employment opportunities. And without these means it would be difficult for *development* to take off» (p. 123).

No cap. III J. PORTELA estuda os sistemas agrícolas do passado e actuais, numa perspectiva integrada e global, bem como comparativa em termos espaciais/geográficos e históricos. O autor inicia o capítulo fazendo notar que Fontim é uma freguesia de Serra (altitude e declives, rudeza do clima, isolamento relativo) e próxima da fronteira (concelho de Vinhais), na qual subsistem relações ainda frequentes entre comunidades de um e outro lado (comércio, serviços, convívio, visitas a familiares e amigos); que a pequena aldeia sede da freguesia está ligada por estrada à sede do concelho e à capital do distrito e é servida por carreiras de camioneta que a aproximam desta última (centro escolar; mercado). O clima mereceu então maior atenção, pela sua incidência na agricultura. Quanto ao sistema agrícola, são salientadas a sua diversidade, complexidade e capacidade de evolução: diversidade de condições naturais, de

técnicas, de estrutura agrária/social (dimensão da propriedade, controlo da água, etc.), de paisagem e utilização do solo, etc. «The Fontim agricultural system /.../ can be seen as having several components: forest and moorland, dry-farmed and irrigated land, livestock and labour» (p. 249). «The typical Fontim farmer is occupied with crops, pastures and trees, whether in dry-farmed fields or on irrigated plots /.../. Livestock (mainly cattle, sheep, goats and pigs) has played a crucial role in the agricultural system, both by taking advantage of available vegetable wastes and providing manure» (p. 146-147).

Atendendo à utilização do solo, foram analisados sucessivamente o monte, a faceira, a terra natural, o lameiro e a veiga, que correspondem a diferentes condições ecológicas. O *monte* ocupa vasta extensão comunal de solos pobres, delgados e pedregosos, derivados do xisto e afastados da aldeia, com funções complementares na economia local (pastos, cama para os gados, logo produção de estrume, lenha, carvão, caça, extracção de pedra de construção e mesmo terra de cultivo ocasional de centeio pelos aldeãos mais pobres), disputadas por outras aldeias e reduzidas com a «nacionalização» pelos Serviços Florestais e certas tendências de privatização, tanto das parcelas de cultivo de centeio como das árvores plantadas, designadamente dos *castanheiros*. Os soutos são antigos e importantes a nível local, pela madeira (mobiliário) e lenha (combustível doméstico) e pelos frutos. Estes foram utilizados como alimento humano, que substituiu o pão entre os mais pobres, e dos gados, e desde os anos 70, em relação com melhores estradas e a valorização da oferta, são fonte de rendimento monetário, que justificou plantações recentes de novas variedades mais comerciais. A *faceira* corresponde aos campos abertos com afolhamento bienal, votados sobretudo (algum trigo e cevada) ao cultivo de centeio (alimentação humana e animal: bovinos e porcos) e a pastagem, muito embora se tenha vindo a registar redução da área semeada (fraca produtividade da terra, mesmo com adubos) e dos rebanhos de ovinos e caprinos: «each plot is an element of a larger area of openfields, but there is no difficulty in identifying it. The limits are clearly signed by marcos» (p. 177). A *terra natural* corresponde a áreas de solos férteis, profundos e não regados, votadas a cultivos forrageiros (nabo, milho), a couves e mesmo a cereais. Os *lameiros* são um dos elementos mais importantes da paisagem e da diferenciação social local, pela criação de bovinos que possibilitam nos seus diferentes tipos: de pasto directo, de produção de feno e de produção de forragem verde para corte, destinada ao gado estabulado, em função das condições topográficas, pedológicas, de drenagem e de rega, da superfície, dos acessos, da localização, etc. «Knowledge and flexibility are part and parcel of farmer's management of local resources. They not only consider the very specific characteristics of the particular fields they work but also the changing circumstances in which they operate» (p. 194). As *veigas ou linhares*, essencialmente trabalhadas pelas mulheres, são sobretudo áreas hortícolas de cultivo permanente e intensivo (estrume; rega): batata, feijão, beterraba, hortaliças... e também forragens. Nos lameiros e nas hortas a *rega* é importante factor de pro-

dução, logo a água é um precioso recurso, que justificou regulamentos de utilização colectiva e sistemas de resolução dos conflitos entre os diferentes utilizadores, muito embora «exchange irrigation, like exchange labour, is a current phenomenon among Fontim households» (p. 205).

No que concerne à criação de gado, ressalta o bovino da raça mirandesa, produtor de crueme, só em parte substituído pelos adubos, fornecedor de força de tracção, já largamente destronada pela do tractor (lavouras e carretos) e fonte fundamental de receitas através da venda de vitelos; e os suínos, pelo seu contributo alimentar em proteína e gordura e pela sua capacidade de valorizar restos de cozinha e desperdícios das colheitas (batata, castanha, etc.). Os ovinos e os caprinos perderam significado com a florestação das áreas de pasto do monte e não recuperaram o seu lugar do passado, não obstante as novas condições de preço da carne dos anos 80.

Estas actividades desenvolvem-se no quadro de explorações familiares, que recorrem a trocas de trabalho mas raramente a trabalho assalariado: é uma agricultura trabalhosa, que mobiliza a família ao longo do ano, incluindo rapazes, mulheres e velhos, apesar da introdução de pesticidas e de algumas máquinas agrícolas (lavouras, carretos, corte de feno, ceifa e debulha, etc.). Nalguns casos formam-se grupos de trabalho, mais ou menos gerais conforme a generalidade da utilidade do trabalho a executar (rede do sistema de rega, caminhos, guarda de animais, azenha, etc.).

«In Fontim /.../ villagers have sought to balance the food requirements of several consumers (people, cows, calves, pigs, goats, poultry, etc.). Complementarity as well as competition between these diverse consumers could be observed /.../. The complexity of Fontim's farming system comes from several sources: the multiplicity and diversity of production, transformation and utilization processes, and, last but not least, the flexibility of the farmer's management /.../. The farmer seems to adjust rather quickly to the variations of the physical, social and institutional environment within which he operates» (p. 254-255).

O cap. IV foi consagrado às ocupações dos membros das famílias fora da exploração, do passado e actuais, já que a agricultura não constituiu nem constitui a única fonte de ocupação e de rendimentos. Destaca-se, em primeiro lugar, a *emigração* (ocupações socialmente indesejáveis ou na construção civil e obras públicas), com reflexos demográficos acentuados (dimensão das famílias, estrutura etária, etc.), para Espanha (outrora crianças e jovens até ao serviço militar, como criados agrícolas), Brasil (fluxo que também registou predomínio de jovens na viragem do século, apesar do elevado custo da viagem para famílias camponesas pobres), e desde os anos 60, França e RFA; a *migração de raparigas para a cidade*, designadamente Porto e Lisboa, que se integraram melhor ou pior nas famílias abastadas que serviam; não menos importante foi a *migração sazonal de homens e mulheres* para as ceifas e a construção civil em Espanha, e nos últimos anos as vindimas e a apanha de mcrangos em França e na Suíça. «It should be noted that temporary migration is neither a recent strategy nor a

confined phenomenon /.../. After several seasonal stays a temporary emigrant may find an illegal or legal way of becoming a permanent resident» (p. 267). Em segundo lugar é apontado o *contrabando*, «an activity that has long benefited from the favourable geographical location of the village /.../ and takes place in both directions» (p. 281); nele participam homens e mulheres, jovens e adultos-velhos, profissionais ou ocasionais, que têm movimentado artigos de natureza e volume diversos (bens de consumo doméstico, café ou gado), segundo as relações da procura e dos preços nos dois países, sem esquecer o contrabando de homens quando da emigração clandestina dos anos 60 (engajadores e passadores). «Nowadays /.../ there are no people who live from the border /.../. Smuggling /.../ has vanished» (p. 291). Em seguida foram referidos a *apanha de lenha* para aquecimento e cozinha, só em parte substituída na aldeia pela electricidade e pelo gás, e outrora objecto de vendas a dinheiro por muitos aldeões, incluindo criados e cultivadores-parceiros; e o *fabrico de carvão*, sobretudo consumido nas cidades, como Bragança: «In Fontim charcoal production was not an easy occupation either. Besides the long walks and the exhausting work required by the collection of heather-roots, there were some risks /.../. But in the struggle for survival there was no alternative—it was a risk one had to accept and take» (p. 293). Com a concretização da política florestal desde 1959, a exploração destes recursos suplementares foi interdita, não sem reacções de protesto da população, mesmo da contratada para a plantação dos pinheiros, se bem que «one has to recognise that Salazar's forest policy provided a major and rare opportunity for rural people to earn temporary wages /.../ for tending the seedlings in the nurseries, sowing pine-nuts and planting pine-trees, pruning and constructing paths and roads. Men and women, young and old, participated in all these works but the planting of pine-trees was the major one» (p. 302). Dado que as principais actividades decorriam durante o Inverno (Novembro-Abril), não concorriam com os trabalhos agrícolas: «this made it possible for farmers to convert themselves into wage workers» (p. 304).

A *prestação de serviços artesanais* ao nível da aldeia proporcionou, de igual modo, ocupação, quase sempre a tempo parcial, e rendimentos, aos artífices (barbeiro, alfaiate, sapateiro, tosquiador, carpinteiro, cesteiro, pedreiro, etc.), no passado frequentemente pagos em géneros, nomeadamente centeio, tal como aliás certos trabalhos agrícolas e serviços casuais (transportes, por ex.). Nas formas de pluriactividade e plurirrendimento locais também foram significativas as actividades comerciais, pelo menos para uma ou outra família (comércio por grosso e a retalho, empréstimo de dinheiro, cambista nas compras dos espanhóis, transporte de pessoas, animais e mercadorias até feiras e mercados da região). «Through time, even during the short span of one year, villagers do not assume a single, definite role /.../. One can be a village farmer through part of the year and in winter season be a labourer involved in a national afforestation project, a miner, or a wage worker employed in the civil construction sector. One may do farm work during some days on the week and be committed to smuggling

of petty goods and livestock in the nights of the rest of that span» (p. 319).

Que tipo de relações mantêm entre si as famílias da aldeia pertencentes a diferentes categorias sociais? J. PORTELA desenvolve estes temas no cap. V. Assim, são consideradas a estrutura social e as relações entre as famílias. Em primeiro lugar, o autor atendeu ao controlo dos recursos naturais, particularmente dos lameiros, dos linhares e da água de rega. Os lameiros pertencem a proprietários residindo permanentemente na aldeia, criadores ou não de gado bovino (rendas monetárias ou não monetárias: centeio, trabalho, tracção, estrume), proprietários residindo temporariamente e proprietários não residentes, bem como à Igreja e ao povo. A distribuição é concentrada, e mais ainda se se considera o valor dos lameiros (localização, acessibilidade a máquinas, disponibilidade de água de rega, declive, drenagem, produção e qualidade da forragem), mas não nas mãos dos criadores de gado bovino: «to raise cattle most farmers depends heavily on the lameiros owned by others» (p. 332). «In order to guarantee a good range of the various types of lameiros required (lameiros para feno, passigueiros e segadeiros), each cattle-raiser establishes a network of rental arrangements, usually with more than one land-owner» (p. 335). «In any case landholders and tenants are not socially distant from each other. They have much in common, both from the past and in the present» (p. 337). «The most common pattern regarding both lameiros and linhares appears to be that of a landowning household to rent-out their plots to several tenant households, among of which there is one that is privileged, that is, it rents-in more than one plot» (p. 339). «The network of rental arrangements binding tenants and landowners is a differentiated one /.../. A given tenant may have to pay different types of rent, even to the same landholder» (p. 340).

No que respeita à água, sublinha-se a sua distribuição, também desde há muito desigual e socialmente concentrada, e que «those who have access to more water are relatively better equipped to manage their farms successfully» (p. 342). Quanto aos linhares, repete-se a desigualdade da sua posse e a cedência de alguns por arrendamento, permitindo o cultivo de hortaliças e batata aos fundiariamente menos favorecidos, bem como aos criadores de bovinos, particularmente interessados nos subprodutos e desperdícios das colheitas e na produção de forragens do Outono à Primavera. «The network of rental arrangements binding tenants and holders of linhares is not so dense as in the case of lameiros. However, it is similarly intricate» (p. 353).

Assim como a troca de trabalho limita o carácter autónomo das explorações familiares, também o arrendamento limita o carácter de independência, baseado na exploração por conta própria de importantes recursos: lameiros, linhares e água de rega. «The typical villager has to handle social relationships in order not only to satisfy labour needs, but also to overcome the shortage of land of particular types and characteristics. Agricultural producers obviously have to manage an

ecological environment, but at least of equal, if not of greater, importance is the manipulation of the local social milieu» (p. 359).

Posto isto, J. PORTELA interroga-se se a posse da terra é, só por si, suficiente para diferenciar a sociedade aldeã e conclui que tal conduziria a uma estratificação social demasiado simplista, limitada à esfera agrícola e a um dos seus recursos, pelo que procurou diversificar os critérios quantitativos e utilizar aspectos qualitativos (lugar de residência actual e no passado; rendimento não agrícola regular; posse de bovinos, lameiros e vinhas; trabalho como assalariado; contratação de jornaleiros; participação directa ou indirecta na agricultura) na definição dos tipos/grupos sociais («ausentes», semi-urbanos, recém-chegados, destituídos, criadores de bovinos, proprietários ricos). Estes foram depois caracterizados em termos gerais e muito bem exemplificados com histórias da vida profissional de indivíduos/casais da sociedade local, sem dúvida uma das partes mais interessantes do trabalho.

No capítulo final, de Conclusões, o autor começa por recordar o tema do estudo — as estratégias de obtenção de rendimentos das famílias duma área rural economicamente marginal de Trás-os-Montes, não isolada, não autárquica e não socialmente igualitária, fortemente agrícola, e com sistemas diversos, complexos e mesmo dinâmicos, apesar do conservantismo oficial (criação e difusão de inovações; apoios técnicos, administrativos e financeiros) e do desigual acesso às melhores terras (lameiros e linhares) e à água de rega, em parte contrabalançado pelas inter-relações complexas entre proprietários e cultivadores, o que por sua vez dificultou a elaboração duma tipologia das categorias sociais da aldeia. Em seguida, adopta uma perspectiva integradora, indutiva e generalizante, com preocupações teórico/metodológicas e políticas. Assim sublinha que «preliminary and further observations indicated that in many respects Fontim was not a striking exception as compared with other villages in the study-area» (p. 430); em termos metodológicos, releva que a compreensão da economia das famílias rurais deverá ter em conta o significado da família na orientação da vida dos seus membros, a economia das famílias não apenas quanto à produção mas também quanto a consumos e à reprodução social, e a interferência da esfera económica das famílias com outras esferas económicas (vizinhos, comunidade, mercado, Estado), que pode abranger transacções económicas subterrâneas. J. PORTELA desenvolve em seguida amplas considerações acerca da esfera económica das famílias: processo de socialização das crianças na família e na aldeia e faculdade de aproveitamento de ocupações alternativas ou complementares da agricultura; sentido do esforço de poupança e da mediocridade dos rendimentos agrícolas; a tomada de decisões, por vezes difíceis, de aceitação ou recusa de outras ocupações (jogo de forças centrípetas e centrífugas; mobilidade ocupacional e geográfica); a importância atribuída ao património e à sua dilatação, por compra de terras bem valorizadas (lameiros e linhares) com dinheiro ganho em actividades não agrícolas mas sem conversão a agricultores a tempo total; a exploração familiar como fonte de ocupação, modo de vida e segurança para todos os membros, velhos e novos, em grau variável

com a sua dimensão e a da família; solidariedade (partilha de riscos, perdas e ganhos) e hierarquia familiar, etc. Tudo isto condiciona o êxito da aplicação de políticas visando favorecer a instalação de agricultores jovens, inovadores, com espírito empresarial, e o afastamento dos idosos: «it should be noted that the youth have been socialized /.../ to hold off-farm employment in high regard. Most of those who will remain in farming will do so only due to lack of alternative employment. In a sense, such incentives for young farmers are outdated, since the youth already left farming or are about to do so, as soon as the least opportunity arrives /.../. Children and youth have been socialized to be family household oriented, not self-made entrepreneurs, and few will be prepared to disregard household members' views, particularly on farming issues» (p. 451-452).

São depois consideradas as esferas económicas de vizinhança e da comunidade. Quanto à primeira destacam-se as trocas de trabalho manual, de alfaia e de produtos (com ou sem intervenção de dinheiro), outras formas de cooperação no trabalho, as colheitas de parceria (castanha), os empréstimos monetários, o acesso a *inputs* escassos e à informação (acesso a empregos e a subsídios), as ajudas em questões burocráticas, as relações de companheirismo e amizade, tão necessárias em certas situações (contrabando, emigração mais temporária ou mais permanente), etc. Quanto à da comunidade destacam-se alguns recursos (baldios; terras da Igreja) e trabalhos a executar, remunerados em espécie ou a dinheiro, mesmo numa pequena aldeia (guardas da água, guardas campestres, pastores do rebanho comum, coveiro, conservador de igreja, transportador ocasional de pessoas e mercadorias, distribuidor do correio, correspondente bancário, etc.).

No que respeita ao mercado, «households are incorporated into the market economic sphere not only through farm inputs and outputs, but also by means of commodities purchased, as well as wage-labour supplied to other households or firms placed beyond the village limits» (p. 460-461), e através da emigração, no mercado internacional do trabalho. Quanto à incorporação na esfera da economia estatal, recordam-se as contribuições e impostos, as pensões de velhice e invalidez, a assistência na doença ou o emprego nas obras públicas ou como funcionário permanente, com garantia dum ordenado.

Por sua vez, a esfera da economia subterrânea também largamente jogou na economia das famílias: contrabando de mercadorias e gados, emigração ilegal e trabalho clandestino; utilização indevida de água de rega, de lenha, de restolhos, etc. «Since social control of one's activities tends to be stricter at the village level than in society at large, underground economic undertakings will tend to intensify with respect to transactions linking the household to the market and state spheres» (p. 464).

Em seguida J. PORTELA interroga-se se a aldeia pode ser considerada como uma unidade sociológica fechada e independente, e responde: «The physical limits of the village, its communal resources, and the existence of a certain sense of togetherness are more than were researcher's

imagery. Yet, those aspects do not outweigh the crucial fact that villages are inextricably linked to and dependent upon a wider society /.../. Although at first glance it may pass unnoticed or it may be considered minimal, the dependence of village life on the outer society is undeniable and relevant» (p. 468-469).

Ainda na perspectiva teórica, o autor analisa em que medida o conceito clássico de empresário agrícola se ajusta aos agricultores locais (the farmers' aims are multiple, and farm management, seriously constrained by the ecological and institutional environment, is not only individual but, in a sense, also collective»: p. 471-472); ou o conceito de trabalhador assalariado nos casos de jovens criados ou pastores, que viviam nas famílias para que trabalhassem e não recebiam salário (apenas bens e pagamentos monetários simbólicos uma vez por ano) ou mesmo no de jornaleiros adultos, trabalhando à tarefa e pagos em espécie, e mantendo relações personalizadas quase familiares com o patrão; ou ainda o conceito de cultivador-parceiro.

Referindo-se às estratégias de obtenção de rendimentos, o autor ressalta que elas são flexíveis, adaptáveis, se situam no cruzamento das várias esferas económicas e se centram no trabalho de todos os membros da família, incluindo crianças e velhos (além dos abonos e pensões), e no capital da exploração. Importa contudo precisar previamente alguns outros conceitos, como rural, família (composição, ciclo de desenvolvimento da mesma, posição dos ausentes que enviam receitas), emigração, parcerias, e até mesmo o de estratégia («individuals and households eke out an existence within contexts over which they have rather limited power»: p. 482). As estratégias adoptadas procuram articular o cultivo com a busca dum emprego ou com uma ocupação estável fora da exploração. Em caso de êxito os sistemas agrícolas serão adaptados às capacidades de trabalho restantes (arrendamento de lameiros e venda do gado; parcerias agrícolas e pecuárias; retirada no sentido do autoconsumo) ou registarão a introdução de trabalho assalariado. No êxito contam «prescience and a sense of timely action, mobility, flexibility, adaptability, accommodation to the physical and institutional environment, as well as the manipulation of social relations, such as those concerning spouses and other household members, networks of preferential cooperation with neighbours, other villagers and, of course, outsiders» (p. 496).

Que concluir, em termos de política de desenvolvimento, deste estudo marcadamente antropológico duma aldeia trasmontana? O autor destaca a insuficiência do conhecimento acerca da agricultura regional (técnicas, variedades, raças) que atenda à diversidade ecológica e sociológica («ultimately a longer chain should be examined: the policies-institutions-village-farmer-soil-water-plant-animal system»: p. 498), que não ignore a heterogeneidade socio-económica, as solidariedades e os conflitos, tanto no interior da família como inter-famílias, bem como os conflitos inter-aldeias vizinhas e os conflitos aldeia-Estado («the state-village relationship can be qualified as an unequal confrontation, in which, obviously, the more powerful has dominated»: p. 506), a complementaridade das

componentes do sistema agrícola («what appears to be paramount is not the maximum output of every single part, but rather the best result of the whole system»: p. 508) e todas as condicionantes das decisões dos agricultores (físicas, sociais, institucionais e individuais), nomeadamente as referentes à adopção de inovações, sem o que os projectos tecnicamente melhor concebidos não terão êxito, mesmo se largamente financiados a fundo perdido (êxito em termos de produção e desenvolvimento humano, designadamente dos mais desfavorecidos).

CARMINDA CAVACO